

FRIEDRICH RATZEL E O DETERMINISMO GEOGRÁFICO: A CONSTRUÇÃO DE UM ESTIGMA

FRIEDRICH RATZEL AND GEOGRAPHIC DETERMINISM: THE CONSTRUCTION OF A STIGMA.

Thiago Henrique Costa Simões Antunes
Universidade de São Paulo (USP)
R. do Lago, 717 - Butantã, São Paulo. (FFLCH-USP)
thiagosimoesantunes@usp.br

Recebido em 22 de fevereiro de 2021, Aceito em 08 de junho de 2021

Resumo

O presente artigo inquieta-se a partir das dificuldades impostas para quem deseja conhecer as contribuições propostas por Friedrich Ratzel à ciência geográfica, em virtude da estigmatização imposta a esse pensador, que é representado como o grande propulsor teórico do “determinismo geográfico”. Dessa forma, tem-se por objetivo principal: analisar a relação entre as noções produzidas por Ratzel e a concepção teórico-metodológica do determinismo geográfico. Os procedimentos de pesquisa adotados consistiram em revisão bibliográfica: de trabalhos de Ratzel, produções revisionistas nacionais e internacionais, além de obras de autores que endossaram a qualificação determinista sobre ele. Neste caminho verificamos que Ratzel já considerava a cultura como elemento emancipatório em relação às influências naturais, bem como, suas obras não continha noções em anuência com o determinismo geográfico inveterado, como houvera sido expresso pelo magnetismo da oficialidade histórica atribuída aos países vencedores da Segunda Guerra Mundial e, por conseguinte, aos seus pensadores, em especial, no ambiente francês e anglo-saxão.

Palavras-chave: Estigmas geográficos; História do Pensamento Geográfico; Teoria e Método em Geografia; Possibilismo Geográfico.

Abstract

This article worries about the difficulties imposed on those who want to know the contributions proposed by Friedrich Ratzel to geographic science, due to the stigmatization imposed on this thinker, who is represented as the great theoretical driver of “geographical determinism”. Thus, the main objective is to analyze the relationship between the notions produced by Ratzel and the theoretical-methodological conception of geographical determinism. The research procedures adopted consisted of a bibliographic review: of works by Ratzel, national and international revisionist productions, in addition to works by authors who endorsed the deterministic qualification on him. In this journey, we see that Ratzel already considered culture as an emancipatory element in relation to natural influences, as well as, his works did not contain notions in agreement with the inveterate geographic determinism, as had been expressed by the magnetism of the historical authority attributed to the winning countries of the Second War And therefore to its thinkers, especially in the French and Anglo-Saxon environment.

Keywords: Geographic stigmas; History of Geographic Thought; Theory and Method in Geography; Geographic Possibility.

Introdução

Ao iniciar uma investigação que concerne aos domínios conceituais, e, sobretudo, metodológicos, os quais constituem os campos de Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico, defrontamo-nos frequentemente com imperativos teóricos instrumentais que contribuem para uma baixa no nível de tensão investigativa na construção/reprodução desses conhecimentos em si. A sistematização pragmática, simplista e cartesiana assentada na produção teórica hegemônica, utilizada como suporte facilitador, servindo ao enquadramento de conjuntos de conteúdos, conceitos e autores de forma estigmatizada, produz severos prejuízos na apreciação de geógrafos em formação, desenhando um imaginário conceitual consolidado e indiscutível.

Deste quadro emerge a vinculação entre Friedrich Ratzel (1844–1904) e a corrente teórico-metodológica do “determinismo geográfico”. Este refere-se à formatação dos seres humanos, partícipes de uma região comum, a partir das condições do meio em que vivem, incidindo sobre sua condição fisiológica, psíquica e intelectual, conduzindo ao progresso ou ao descenso de uma sociedade (FEBVRE, 1991 [1922]). Tal conceito foi, e ainda é, marcadamente utilizado dentro dos estudos em Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico, sendo ele fixado à figura de Ratzel, que é representado como grande propulsor desta doutrina.

Esse acoplamento imediato e pragmático, que é fruto, em primeiro lugar, de equívocos interpretativos travados ainda no prelúdio da ordem científica analítica e robustecido da oficialidade histórica, vem produzindo severos impactos que se prolongam pelos estudos geográficos da Academia. A começar pela exposição eclipsada das contribuições produzidas pelo autor para esta ciência, em virtude da rotulação determinista, passando pela consagração de encontros preconceituosos de suas noções para com geógrafos em formação e chegando até a rarefação dos trabalhos de tradução de suas obras na íntegra.

À frente desse panorama, se faz necessário descer até as nuances do *Zeitgeist* (clima intelectual e cultural de determinada época) do Estado alemão e mundial, abarcando, também, sua trajetória pessoal, profissional e autores que o influenciaram, bem como do período que se sucedeu e foi o ambiente da operacionalização do simplório endereçamento. Junto a isso, é essencial retomar as obras do próprio autor, assim como as de autores e escolas que contribuíram para a construção desse estigma, que, em sua prática mais superlativa, chegou a posicioná-lo até como grande catalisador teórico da política nazista.

O estigma determinista fixado a Ratzel se sobrepõe e obscurece o estudo de importantes alicerces da trajetória desta ciência desenvolvidos pelo autor, tais como: o

alargamento de noções, que aclaravam o papel desempenhado pelo Estado no amoldamento espacial; o estímulo à reflexão geográfica, obrigatoriamente pregada ao fazer político; a elaboração de estudos detalhados das relações do trinômio Estado-Posição-Dinâmica; e as investigações minuciosas, a fim de apreciar limites da capacidade humana diante de variadas condições ambientais. Além de ser o precursor da geografia humana, concebendo a primeira proposta geográfica explícita, obstinada a investigar o ser humano e suas relações com o meio.

Infelizmente, em boa parte das análises que versam acerca da “geografia tradicional”, faz-se presente o ordenamento lógico imbuído na simplificação de autores e correntes de pensamento, na tentativa de possibilitar fácil circunscrição em arquétipos maniqueístas, desvelando o desejo maior pela formatação de tendências antagônicas de simples encaixe, que sistematizam o tema de forma equivocada e aplacam a negligência no trato desses saberes. Produzindo, por consequência, despreocupação com anacronismos/reducionismos e, sobretudo, distância de revisitação aos clássicos. Esses fatores interferem de forma grave na construção do ideário de geógrafos em formação, celebrando, assim, encontros preconceituosos para com autores e escolas, arrastando-os da possibilidade de estudar a construção do pensamento geográfico de forma lúcida e holística e iniciando futuros pesquisadores a caminhar sobre a feição descontextualizada, pragmática e simplista sob o ponto de vista dos estudos acadêmicos.

Esse processo acomete os trabalhos de tradução das obras do autor, que são mingudadamente disponíveis em português e precisam ser lidas a partir de outros pensadores que, majoritariamente, encontram-se alinhados ao tratamento estandardizado para com a geografia tradicional.

O principal objetivo deste escrito é apurar a confluência da doutrina do determinismo geográfico em relação a conceitos e ideias desenvolvidos por Friedrich Ratzel. De forma secundária se pretende investigar os contextos históricos e as escolas teóricas que cercaram e robusteceram esse rótulo sobre Ratzel. É ambicionado também, oferecer pistas e caminhos para compreender a construção do antagonismo entre possibilismo e determinismo geográfico, assim como, revelar aspectos que desmistificam a associação de Ratzel com a política hitlerista.

De forma inicial, foi realizada a análise textual das obras de Ratzel, com ênfase em dois de seus mais importantes trabalhos e que mais interessam à problemática da pesquisa, a saber: 1) “Antropogeografia” (1891), lançando mão da tradução efetuada por Fátima Murad, no livro “Ratzel” (1990), de Moraes, visto que a obra, na íntegra, só se encontra disponível

para compra ou *download* em alemão ou italiano; e 2) “*Las Razas Humanas*” (1906), tradução em espanhol realizada pela editora Montaner y Simón da obra “*Völkerkunde*” (1885/1888).

Posteriormente, foram abordadas as principais obras ligadas às escolas que contribuíram para a estigmatização do autor, em especial, a escola francesa, atribuindo destaque para Vidal de La Blache em “Princípios da Geografia Humana” (1956), tradução em português da obra “*Principes de Géographie Humaine*” (1922), realizada pela editora Cosmos. Abordando também Lucien Febvre em “A Terra e Evolução Humana” (1991), tradução em português, realizada pela editora Comos, do livro: “*La terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*” (1922).

Conjuntamente, foi realizado o exame de trabalhos revisionistas nacionais e internacionais concernentes à temática, tais como: Carvalho (1997a), Carvalho (1997b), Sanguin (1990), Martins (1992), Mercier (1995), Albuquerque (2011), Cazarotto (2006), Seemann (2012), Bassin (1984), Binimelis (2006), Barrientos (1995), Bezerril & Galvão (2013). Adjunto do aporte de autores consagrados da geografia, como: Capel (1981), Santos (1978) e Font & Rufi (2006).

Friedrich Ratzel à luz de uma análise contextual

Os estudos das diferentes trajetórias percorridas pela ciência geográfica ao longo da história necessitam ser operacionalizados para além da simples catalogação linear temporal, em que as teorias são escalonadas em níveis hierárquicos e se interpretam desconsiderando a metodologia científica da época, ordens políticas, econômicas e sociais, além de biografia e trajetória profissional (BERDOULAY, 2003). Essas injunções são simultaneamente talhas constituidoras e constituintes das estruturas teóricas de um pensador. No caso de Ratzel, afora as interpretações limitadas pela transposição conceitual, desconectada das características contextuais, somam-se também os equívocos da ordem científica analítica.

Friedrich Ratzel foi um pensador multifacetado (zoólogo, naturalista, jornalista, geógrafo, etnógrafo e historiador), engajado politicamente, empenhado na investigação da importância desempenhada pelo aparelho estatal e, sobretudo, na análise dos processos político-sociais incorporados a diferentes circunstâncias ambientais.

Enquanto zoólogo, sob a orientação de Ernst Haeckel, entrou em contato com o evolucionismo de Charles Darwin e Alfred Russel Wallace (SANGUIN, 1990). A convivência com a sistemática da obra “*Origem das Espécies*” (1859) influenciou os estudos posteriores de Ratzel, encorpando suas concepções naturalistas e políticas. A ciência na época

era tomada como “substituto laico da religião”, havia uma estrutura mental genérica da crença do progresso e do desenvolvimento do ser humano a partir dela.

Com o agigantamento do evolucionismo, a palavra evolução passou a ser sinônimo de progresso, hasteada pela categorização da ideia de progresso, promovida por Spencer, que propunha a passagem do ser humano homogêneo para heterogêneo, através dos progressos civilizacionais em que, a partir do agregado uniforme (sociedade), que produz indivíduos com a mesma capacidade e poder, aconteceriam desprendimentos situacionais, que marchariam na direção evolucionista (SPENCER, 1939). Nessa linha, Ratzel desenvolveu algumas obras, que receberam pouca reputação, como “*Werden der Organischen Welt*” (“Torne-se o mundo orgânico”, em tradução literal), extraída também dos preceitos darwinistas e do naturalismo de Wagner (BASSIN, 1984).

O autor vivenciou a conjuntura da segunda metade do século XIX. Na época, o fazer científico estava diretamente atrelado ao método positivista das ciências naturais, então, ao realizar um estudo sobre humanidades, Ratzel, como reconhecido positivista, apelou para metáforas entre a sociedade humana e o mundo orgânico como forma de assegurar uma espécie de chancela científica para seus trabalhos.

O conceito de espaço vital (*Lebensraum*) no organicismo de Ratzel é pensado a partir das leituras das obras de Haeckel e Peschel, junto às teorias de Darwin, empregadas à sociedade, dessa forma, sob as bases do darwinismo social. Posteriormente, Ratzel transcendeu essa perspectiva, ao propor a unidade biológica humana e a igualdade essencial. Para darwinistas sociais, a mutação prestigiada, aplicada à sociedade, era um aspecto representativo no todo social. O conceito é alicerçado junto às noções de Lamarck e Spencer, atravessado, ainda, por influências nativas da filosofia alemã, como o idealismo de Hegel (tomando o Estado como agente singular efetivo no processo de construção social) e Herder (pelo expediente do consciente coletivo do povo alemão e sua responsabilidade nos rumos da nação) (FONT & RUFI, 2006).

Ratzel aplicava esse sistema de análise biogeográfica para a sociedade humana, na tentativa de localizar, nesta sociedade do organismo, o “lugar” para onde o conceito de espaço-necessidade poderia ser transferido, ou seja, realizar o balizamento, favorável ou não, regido pelas circunstâncias apresentadas. Estabelecia-se uma clara diferenciação entre o organismo estatal, de natureza sofisticada e com prerrogativa política, e os organismos do mundo natural imperfeito, limitados em necessidades e carentes de catalisadores para busca (CARVALHO, 1997a).

Posteriormente, Ratzel relativizou o darwinismo, abandonando a tese de seleção natural em detrimento da ideia de evolução espacial. Para ele, os evolucionistas se limitavam a trabalhar entre os paralelos de “estado primitivo” e “evolução”, e não consideravam a dimensão geográfica, de tal maneira que, se encontrassem duas cidades circunvizinhas, uma estando “atrás” da outra, os darwinistas, automaticamente, converteriam esse “atrás” em “abaixo”, mirando sempre em degraus de inferioridade, da escala pela qual a sociedade subiu do estado primitivo ao pico da civilização (idem, 1997b). Ratzel também criticou a forma ramificada de representação de povos “atrasados”, tratados por “subs”, como se o percurso para o progresso fosse pavimentado exclusivamente sobre a mesma via (RATZEL apud MORAES, 1990).

O autor nasceu em uma época em que o conceito de Estado-nação se apresentava vinculado à noção de direitos naturais. Tal fato pode ser explicado pela ideia aplacada na esteira da Revolução Francesa de que uma nação tem o direito de formar um Estado unitário e soberano. Assim, nesse seguimento, a modernidade da época abarcava as lógicas imperialistas na instrumentalização dos meios para os fins do fortalecimento estatal.

Ratzel vivenciou a Era Bismarckiana em sua completude (1862–1890) e bons dezesseis anos da Era Guilhermina. Ele se apresentou marcadamente como um representante das elites brancas europeias, entretanto, foi um indivíduo que experimentou intensa imersão geográfica, sobretudo, a partir de suas viagens aos Estados Unidos e ao México, junto da percepção da proeminência das áreas coloniais, e acabou sofrendo uma expansão de seu panorama espacial. O pensador alemão compreendia a planetarização em anexo à pequenez dos territórios e nações europeias (BASSIN, op.cit.), frente a um mundo nocivo, bélico, imprevisível e de luta por continuidade.

Nessa busca por evidenciar (sob os alicerces científicos) o comportamento das instituições políticas e da sociedade foi que Ratzel iniciou a caçada por influências do meio natural, que facilitariam ou dificultariam o processo expansivo de uma nação. Numa tentativa de antecipá-los e impor dispositivos conversores, via articulação Estado-nação, esta simplória constatação já era capaz de ruir com a alegação determinista, já que, a partir da identificação das problemáticas de origem natural, existiriam alternativas em contraposição.

Era patente, na época, na visão do Estado e da sociedade civil, um sentimento de nação atrasada, pois, em comparação com outras nações europeias, que já tinham Estados consolidados e centralizados há anos, como Inglaterra, Rússia e França, para a Alemanha não havia restado nada diante de um mundo acertadamente repartido em territórios, comércio e fontes de matéria-prima.

A geografia política de Ratzel tem de ser compreendida no ambiente imperialista europeu do século XIX, que exigia solução para a inquietação entre império e Estado-nação. Ratzel acompanhava o imaginário da época, que pensava a expansão como condição *sine qua non* para a existência continuada. Logo, para ele, um Estado que não se expande tende a se apequenar, até desaparecer, reiterando a equivalência entre busca por espaço e manutenção da vida. Com a expansão, vem o aumento populacional como via de ocupação do território e, junto dele, propaga-se o crescimento dos espaços-necessidades, procriando um ciclo vicioso, intrínseco à sua lógica (MERCIER, 1995).

Gênese e consolidação do estigma determinista

Com a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870–1871), a França perdeu territórios fundamentais para sua industrialização, como a Alsácia-Lorena. Segundo Adolphe Thiers, primeiro-ministro francês da época, “a França perdera a guerra para os teóricos da geografia alemã”. Tal fato produziu desconforto no Estado burguês, que passou a investir de forma vultosa na construção de uma geografia pensada como instrumento de invalidação das noções produzidas pelos germânicos, contudo, trazendo, em seu âmago, fundamentos que também dessem conta de legitimar o expansionismo (MORAES, 2003).

Deste ensejo, foi inaugurado o pensamento institucional geográfico francês, que aflorou sobre uma perspectiva forjada na proteção dos direitos das liberdades formais e longe da problemática social. A ciência era protegida em uma redoma, que conservaria sua neutralidade, dissimulando sua atribuição instrumental de manutenção consolidária da sociedade burguesa.

A geografia francesa tem como seu principal representante Paul Vidal de La Blache (1845–1918). Para compreender a geografia lablachiana, é necessário retomá-la com o discernimento do contexto o qual vivenciava o autor. A França acabara de iniciar sua Terceira República, e a rivalidade com a nação germânica era manifesta na sociedade civil, porém, nas instituições Estatais, o antagonismo era ainda mais reconhecido, já que as elites de cada país tiveram formações socioeconômicas dramaticamente diferentes, colocando, de um lado, o tom liberal, calcado no antropocentrismo ecumênico, e, do outro, o sentimento de insatisfação e atraso histórico, alinhavados por uma política externa agressiva.

São nestes *frames* que se enxertam os ditames da geografia de La Blache, que soergueu seu discurso criticando a “Antropogeografia” (1891) de Ratzel. O autor centrou suas insatisfações em relação ao caráter apologético da obra: para ele, o fato de ela tratar abertamente de temas políticos desprestigiava sua natureza científica. La Blache considera

que não pode haver conexões entre as posições políticas imediatas e o pensamento geográfico, camuflando sua análise, trajado da antiga (na época nem tanto) objetividade e neutralidade burguesa para com o discurso científico, investindo contra a natureza expansionista alemã (MORAES, op.cit.).

O teor naturalista das teorias de Ratzel era deletério à geografia na visão de La Blache, que apontava para a minimização da capacidade humana nos escritos do alemão, defendendo o que chamava de “componente criativo”, expresso como a liberdade do agente humano dissociado da passividade perante o meio. Para isso, ele se utilizou de exemplos históricos como molas mestras dos seus argumentos (valendo-se de sua formação como historiador). O pensador francês atacou as perspectivas fatalista e mecanicista, com as quais Ratzel teria edificado sua geografia. La Blache defendia a figura do homem como grande influenciador e transformador do ambiente, que visa satisfazer suas necessidades a partir das possibilidades que a natureza lhe oferece. Ao bojo de costumes, técnicas e conhecimentos diversificadamente transmitidos por gerações, ele deu o nome de “gênero de vida” (LA BLACHE, 1956 [1922]).

O conceito de espaço vital é vexado a partir da notoriedade de um arranjo explicativo, que consagraria o constructo natureza-humanidade com excelência e o ilibaria de pretensões político-imperialistas: o gênero de vida. Para La Blache, a diversidade dos meios garantiria a diversidade dos gêneros de vida. Ele acreditava que a interação entre gêneros produziria grandes benefícios, como o aperfeiçoamento de técnicas e hábitos, dessa forma, as zonas de contato/convergência, transformar-se-iam em “oficinas de civilização”, conduzindo, assim, ao fim dos localismos. Seguiria, então, um sistema de enriquecimento mútuo, em que as áreas aglutinadas por um gênero de vida comum eram denominadas “domínios de civilização”. Competiria à geografia estudar os processos de consolidação e transformação dos gêneros de vida (LA BLACHE apud CARVALHO, 1997a).

Consciente desta articulação, é viável compreender a compleição tênue estabelecida pela geografia colonial francesa que, via missão civilizatória, estabelece raias de domínios “respaldadas” no conteúdo histórico. Nessa conformidade, quem aventasse desrespeitar tais limites estaria concebendo uma agressão ao longo “processo comunitário de construção civilizacional”.

A atividade imperial francesa estava distante da Europa e tinha como mira a Ásia e a África. Para essas sociedades, que figuravam segundo La Blache em uma situação de “equilíbrio primitivo” assentadas no localismo e “vegetando de lado a lado”, seria necessário falar da “missão civilizadora do europeu na África”. Em tempo algum o pensador francês

apresentou vocábulos identificados com a política expansionista e domínio territorial. Nessa conformidade, é possível apreender que as diferenças entre o *Genre de Vie* (Gênero de Vida) e o *Lebensraum* (Espaço Vital), residem na tonalidade dos discursos (meios) e se assemelham na busca pelos fins (ibidem, 1997a).

Apesar de realizar associações neste sentido, La Blache nunca taxou Ratzel como determinista. Essa afirmação foi feita por um de seus alunos, o historiador Lucien Febvre (1878–1956), na obra “A Terra e a evolução humana: uma introdução geográfica à história” (1991 [1922]). Neste livro, Febvre sistematiza o antagonismo entre possibilistas e deterministas, catalogando uma série de geógrafos e os alocando em lados distintos, estabelecendo em cada polo os grandes expoentes.

No lado determinista, Ratzel; no possibilista, La Blache. Além de ser posto como grande catalisador teórico do determinismo, Ratzel seria ainda responsável por influenciar diretamente a construção da “Escola Determinista”, constituída de autores como: Ellen Semple, Ellsworth Huntington, Karl Haushofer e Halford Mackinder. Na obra, o historiador francês busca dimensionar o horizonte de expectativas, o qual a geografia tem se projetado a partir de uma leitura histórica das influências, limitações e pretensões da ciência geográfica, tendo como eixo principal, a ideia de que o objeto da geografia é o estudo do meio, capitaneado pelo conceito do possibilismo, numa tentativa de esvaziar, da geografia, temas que não tivessem aderência direta no ambiente físico (FEBVRE, op.cit.).

Lucien Febvre, apesar de ser o grande disseminador, não é o responsável direto pela construção do binarismo “possibilismo versus determinismo”. Este tem suas bases estabelecidas no campo conceitual da sociologia. Por esse motivo, Febvre constrói sua crítica pautado na noção de que a geografia não estaria autorizada a falar, por exemplo, de fenômenos tratados na física, nem de categorias metodológicas fincadas na história e na sociologia, como demonstra abaixo:

Há geografia num campo de trigo. Um campo de trigo não é um fato geográfico. Pelo menos, só o é para um geógrafo. Este não tem de estudar a “casa”, mas somente o que nela há de geográfico — e nem tudo é geográfico numa casa; e competirá porventura à geografia determinar qual é a ideia essencial dessa mesma casa? Seria certamente demasiado fácil alinhar aqui uma série de citações que revelariam em alguns geógrafos uma preocupação medíocre com tudo o que lhes não diz respeito, uma espécie de desprezo jovem, cândido e um tanto irritante de vizinho — nada menos que uma propensão um tanto incômoda para usar palavras e fórmulas simultaneamente cortantes e sumárias. Munidos de duas ou três grandes chaves para todo o serviço. (ibidem, 1991 [1922], p.55).

Neste sentido, Febvre tem como principal objeto de crítica a geografia de Friedrich Ratzel, a quem ele atribui a verdadeira produção de um manual do imperialismo, expresso na obra “Antropogeografia”. Para Febvre, a visão essencialmente político-determinista da

geografia empregada por Ratzel tinha sempre como ponto de partida e chegada particularidades e circunstâncias que, amarradas por “fatos geográficos” (que deveriam limitar-se ao âmbito natural), não dariam conta de explicar as guinadas da sociedade. Isso esclarece seu afeiçoamento com o possibilismo, que procura inserir um cardápio variado de expedientes de outras ciências, porém, inculcado da impossibilidade de trazer para a arena geográfica e contornar saberes a partir desses conhecimentos.

Febvre defende especialmente a história como instrumento de compreensão para as variações dos gêneros de vida. O estudo de diferentes formas de adaptação e ocupação, agindo como um “remédio”, contra a chaga determinista. Para ele, a geografia ratzeliana representa “uma ação mecânica de fatores naturais sobre uma humanidade puramente receptiva” (ibidem, 1991 [1922], p.79).

O estigma determinista assumia, a partir de então, um corpo instrumental assentado. Todavia, obviamente, Febvre não tinha como ser o único agente propagador deste fenômeno. Importantes pensadores da escola francesa de geografia e das ciências humanas em geral trataram de corroborar com essa perspectiva. No ambiente anglo-americano o descrédito é associativo, via Ellen Semple. Na Espanha, Mendoza, Jiménez e Cantero, através da obra “*El pensamiento Geográfico*” (1982), esquematizam os escritos de Ratzel de forma simplificada, com o objetivo de enaltecer as teorias de Élisée Reclus. Este panorama é reflexo contumaz da oficialidade histórica consagrada pelos vitoriosos franceses, ingleses e norte-americanos, que obtiveram o direito de “contar” a história.

Importantes autores brasileiros de grande reputação na geografia, como Corrêa e Moreira, mobilizaram críticas abertas timbrando Ratzel de forma apressada: “Na geografia, no entanto, as idéias deterministas tiveram no geógrafo alemão Friedrich Ratzel seu grande organizador e divulgador, ainda que ele não tivesse sido o expoente máximo” (CORRÊA, 1991, p. 9). “Assim, dirá Ratzel, o homem, em todos os seus planos de existência, tanto mental como civilizatória, é o que determina o seu meio natural (teoria do determinismo geográfico)” (MOREIRA, 1989, p. 32).

Ratzel e o nazismo

A complexidade comportada por esta seção do texto exigiria, ao menos para ser explorada em alguns níveis de sua fundura, a circunstância de uma investigação particular. Contudo, ainda que de maneira breve, é possível apresentar alguns elementos significativos que possibilitem refletir criticamente acerca da associação entre o regime nazista e Friedrich Ratzel.

A geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplica-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço [...] a geopolítica representa um inquestionável empobrecimento teórico em relação à análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hasrthorne, Whittlesey, Weigert, e tantos outros. (COSTA, 1992, p. 55).

Dentre os principais teóricos da geopolítica como mencionado pelo autor, podemos citar o que cunhou o termo “geopolítica” e é reconhecido como um de seus pioneiros: Rudolf Kjéllen [1864–1922]. O cientista político sueco faz uso da noção de organicismo estatal de Ratzel, porém, no afã de desenhar as bases dessa novidade “científica”, que era abertamente orientada ao plano de ação pragmático dos “Estados-Maiores”, ele desenvolveu uma vertente reducionista dos conceitos de Ratzel, que agora, aplicados à situação, e não a uma espécie de marasmo teórico inoperante, que era como ele enxergava a geografia política, poderão servir como céleres estratégias aos “homens de estado”, celebrando uma franca distorção em relação às considerações de Ratzel quanto à complexidade do engajamento cultural para a coesão interna, assim como os desafios de associação do pertencimento territorial em anuência com o projeto estratégico do Estado.

Outro nome importante neste sentido é o do geógrafo inglês Halford Mackinder [1861–1947]. Mackinder se inspira em Ratzel na crítica tecida aos seus pares que atribuíam pouca atenção ao componente político em suas análises. Entretanto ele alastra e agudiza as compreensões do alemão, que entendia a projeção geográfica política da nação mais associada à assimilação das relações internas entre Estado, povo e território, já Mackinder opera pela lógica da “visão estratégica global”. Ele reputava à implementação dos conhecimentos da geografia política voltados para as estratégias mundiais, erguendo duras críticas à dualidade entre quadro nacional e internacional, para ele qualquer perturbação em qualquer ponto no espaço geopolítico mundial afetaria o equilíbrio de forças e exigiria uma reação estatal. Ele considerava que as sociedades deveriam incorporar um “senso estratégico”, de forma a varrer idealismos democráticos românticos da mentalidade dos cidadãos. Propondo, dessa forma, uma espécie de imperialismo democrático inglês que se equilibraria entre democracia e realismo político, apontando de forma evidente para o concretismo e os elementos empíricos que não se encontravam de forma pragmática na planificação teórica da geografia política de Ratzel.

É nesse cenário que surge a figura do general-geógrafo K. Haushofer [...] constituirá a mais famosa e controvertida escola de geopolítica de todos os tempos. Partindo das ideias gerais de Ratzel, mas inspirando-se principalmente em Kjéllen, a *geopolitik*, que se desenvolve basicamente em Munique nos anos

interguerras, acaba por repercutir fortemente não apenas na Alemanha, mas em amplos círculos acadêmicos, militares e diplomáticos para além desse país. Será também inspiradora de inúmeros estudos e “estratégias” antes e após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos ambientes dos “estados-maiores” de países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, a Argentina e o Chile, mas também ganhará adeptos em setores militares norte-americanos [...] Foi também a escola que provocou as maiores reações críticas da comunidade geográfica, provavelmente em toda a história dessa ciência. (ibidem, 1992. p. 119).

O general-geógrafo Karl Haushofer [1869–1946] equacionava em suas análises as noções pragmáticas desenvolvidas por Kjéllen junto das conceituações teóricas de Ratzel, tentando fundi-las a uma condição de geografia “político-militar”, objetivando uma proposta geopolítica centrada na problemática do sentimento de nação atrasada que permeava o imaginário civil e militar da nação alemã.

Haushofer faz uso das noções ratzelianas no que diz respeito à crítica tecida por Ratzel aos povos de baixo nível de “desassossego humano”, ou seja, conformados e estáticos na busca por melhores espaços, porém lança mão dessa ideia em associação com a teoria malthusiana, apelando para a excisão territorial sofrida pela Alemanha no pós-guerra e como isso poderia influenciar na capacidade de suprimento alimentar para a população. Deixando explícito em suas análises que as manifestações geopolíticas sempre serão atinentes às estratégias de determinado país (ibidem, 1992).

Haushofer realizava um movimento de apoio teórico pervertido em Ratzel, emparelhado de uma severa despreocupação em relação ao rigor metodológico. A discrepância chama mais atenção exatamente por ele se resguardar conceitualmente na figura de um positivista rigoroso como Ratzel. Tal aspecto se vinculava de maneira deliberada pela maior parte desses autores, que costumavam associar seu bojo de teorias à esfera da “técnica” e da “arte”, renunciando propositalmente às convenções científicas.

Essa postura político-estratégica lança mão de alguns expedientes do expansionismo ratzeliano, como por exemplo a pregação de que uma nação que não se expande tem como tendência sua redução progressiva em direção ao desaparecimento. Entretanto são adicionados elementos beligerantes mirando, por exemplo, o estudo minucioso da ação climática sobre seus soldados e os adversários em situação de guerra, bem como uma tríade de “pan-ideias” expansionistas, costuradas por um nacionalismo conservador, preterindo posição em detrimento do espaço e coesão em relação à conquista, tendo esse último aspecto recebido pouca atenção por parte do führer (MORAES, op. cit.). Entretanto, na prática, havia severas discordâncias entre Haushofer e o estofado teórico nazista.

A associação entre Haushofer e o nazismo não era afinada. Havia uma distinção fundamental por parte de Haushofer, que prezava pela concepção pangermânica de longo prazo em oposição à aspiração hitleriana por fundamentos táticos, outra divergência marcante entre os dois era sobre a aliança com a Itália, o que culminou até na censura de um dos livros de Haushofer (ibidem, 1992).

A geografia política fundada por Ratzel, que pela sua forma de elaboração poderia ser concebida como Geografia do Estado (RAFFESTIN, 1993), tinha como característica tomar o Estado como um todo orgânico, uma nação (*Volk*), que representava um corpo politicamente unido, composto por grupos e indivíduos que não necessitam estar relacionados etnicamente nem linguisticamente, mas precisavam compartilhar motivos comuns para o processo coesivo. Ele aclarava que, nas circunstâncias da época, seria inviável tomar a afinidade étnica ou nacional como requisitos finais para a formação do Estado.

Ratzel morreu trinta anos antes da ascensão do nazismo ao poder. Desse modo, a geografia política proposta pelo pensador alemão é bem diferente da *geopolitik*, que foi desenvolvida na Alemanha sobretudo a partir de 1918. Hitler acreditava que o território ideal para expansão, inicialmente, seriam as terras agrícolas eslavas, ao leste da Alemanha, e, posteriormente, o domínio de todo o continente a partir da evacuação e reassentamento de raças biologicamente inferiores. Para Ratzel, o território europeu era inacessível, ocupado e exaurido de possibilidades. Ele enxergava na aquisição de posses, via colonização exterior, o único modo de expansão territorial viável (BASSIN, op. cit.).

Para Ratzel, o projeto político nacional deveria abarcar todos os povos etnicamente alemães, viventes no território ou não. Além disso, a incorporação de sociedades estrangeiras também contribuiria para o processo de obstinação pela expansão física do território. Quando suas teorias são pervertidas pelo nacional-socialismo alemão, que tentava fundir a ideia de união nacional e expansionismo biológico, a tônica de expansão passou a ter como requisitos os elementos racistas e chauvinistas, concebendo, assim, o que Hitler chamaria de *bodenpolitik* (política do solo) (ibidem, 1984), uma espécie de *Lebensraum* (espaço vital) ampliado, que não se limitava à garantia da conservação do Estado-Nação por meio do processo coesivo e expansionista — este era disciplinado a fim de garantir a sobrevivência racial, postulando a idealização da raça ariana na dianteira dos processos civilizacionais como a grande responsável por guiar a humanidade ao progresso.

Ratzel acreditava na unidade biológica da raça humana e na igualdade fundamental entre seus membros, criticando, de forma severa, em *Nacionalidades e Raças* (1904), dois dos

enunciadores mais importantes do fanatismo racial do século XIX e precursores da ideologia nazista: Houston Stewart Chamberlain e Artur de Gobineu (ibidem, 1984).

As diferenças do pensamento de Ratzel e Haushofer são nítidas, entre Hitler e Ratzel são marcantes, e no que diz respeito a Hitler e Haushofer, são fundamentais. Necessitaríamos de outra oportunidade para expor com profundidade essas discordâncias, fato é que, no exercício aplicativo da *geopolitik*, além das concepções haushoferianas, foram adicionados elementos típicos do pensamento nazista.

Neste momento, é preciso reiterar que a geografia política em sua concepção inicial tinha como função investigar o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia e vice-versa, junto da distribuição e exercício do poder estatal no espaço.

Concordamos com Costa (1992) no que concerne ao estabelecimento da distinção entre geografia política e geopolítica: ela é, de algum modo, improfícua, na medida que o enquadramento em rótulos se vincula a expedientes de dissimulação e camuflagem estratégica, que mais ocultam do que revelam as intenções da proposta em questão. Tanto é assim que a obra seminal da geografia política, *Politische Geographie* (1897), de Ratzel, que se traduz justamente por “Geografia Política” é também apontada pelos principais geopolíticos como sua obra fundamental. Sendo assim, “talvez o melhor caminho a seguir, caso se pretenda estabelecer distinções entre ambas, seja o de tentar utilizar o critério de ‘nível de engajamento’ do estudo aos objetivos estratégicos nacionais-estatais” (ibidem, 1992, p. 17).

A repercussão dos escritos geopolíticos acabou por motivar o empenho de geógrafos que anteriormente se achavam dedicados às outras temáticas. A produção em geografia política já no decurso da Segunda Guerra Mundial apresentava um expressivo crescimento.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica foi rechaçada pelos quadros da geografia e conseqüentemente suprimida do ambiente acadêmico. Nesse período, sobreviveu apenas como estratégia de circuitos militares em alguns países do Hemisfério Sul, como o Brasil e a Argentina. Já a geografia política, que no interguerra já vinha sendo sacudida, na década de 50 encontrou nos Estados Unidos o ambiente propício para o seu desenvolvimento, uma vez que foram o país que saiu mais fortalecido no pós-guerra, e assim detinham de clima acadêmico, social e político favorável para tal empreitada. Geógrafos como Hartshorne, Whittlesey e Bowman inauguraram a sua própria escola de geografia política que prezava pelo estabelecimento de parâmetros metodológicos e sempre associada à ciência geográfica, e essa corrente dominou a discussão nesse eixo até os anos 70.

Na década de 70, podemos observar a remontada da geografia política na Europa, guiada em especial pela França. Com as bases advindas das progressões epistemológicas realizadas pela geografia norte-americana junto do aprofundamento dos estudos econômicos. Nesse âmbito, diversos autores poderiam ser mencionados, mas Yves Lacoste é o que mais emblemática a discussão proposta. Em primeiro lugar pelo peso acadêmico que a revista *Heródote* (da qual ele foi um dos fundadores) teve para a inserção da geografia política desenvolvida a partir de motores críticos que analisavam incansavelmente temas políticos e ideológicos.

Depois, porque na efervescência combativa à *geopolitik* ele defendia que a geografia política (a qual ele rotulava também de geopolítica inicialmente, apresentando argumentos labirínticos e mercadológicos para justificar o uso dúbio) não deveria ser um “monopólio de Ratzel e seus seguidores nazistas ou tão somente um conceito ‘hitleriano’” (ibidem, 1992, p. 225).

Essa miscelânea crítica, apenas simbolizada pelo trecho destacado, irá ditar, isto é, dar o tom de equívocos analíticos e preconceituosos no que concerne à relação entre Ratzel e o nazismo, mediada pela sua atribuição de germinador dos substratos medulares que compunham a geopolítica e na *geopolitik*. Como pudemos acompanhar, ainda que sumariamente, a dimensão da complexidade envolvida nessas guinadas teórico-intencionais não se deixa traduzir por simplórios encadeamentos. Todavia a miscigenação de alvos críticos não é algo novo nesse ramo, como nos conta Troll (1949) ao apontar que importantes geógrafos franceses como Damangeon e Ancel já não diferenciaram, em sua crítica, o que se produzia em geografia política na Alemanha, da geopolítica. Nesse sentido, a tradição arraigada emperra a mudança do imaginário dogmático desse campo.

Um pouco de Ratzel, sobre o que falam de Ratzel

Um dos grandes bustos propellido pelos críticos do geógrafo alemão era o fato de que ele não levava em conta, em suas análises, os arranjos culturais que seriam a chave verificadora da capacidade humana, solapada nas lições de Ratzel, frente a uma natureza absoluta. Entretanto, o trecho abaixo, contesta essa versão:

A cultura é a emancipação da natureza, mas não no sentido do completo desapareço, mas no de sua mais ampla e múltipla aliança [...]. Não podemos nos considerar totalmente independentes da natureza, quanto mais minuciosamente a exploramos e estudamos, só nos tornaremos independentes de alguns acidentes de seu modo de ser ou de sua marcha, multiplicando os pontos de aliança. (RATZEL apud MORAES, op.cit, p. 58).

Diante disto, já é praticável a compreensão de que o autor considerava a cultura como elemento emancipatório, todavia, os rudimentos da natureza se estendem por toda a realidade (de modo que a cultura opera incorporada a eles), então, quaisquer que sejam as liberdades, criações e adaptações que se tomam das componentes naturais, elas nunca serão completamente soberanas, tendo em vista, por exemplo, uma hecatombe natural. Essa perspectiva constitui-se bem distante da simplificação de um determinismo ambiental. Para Ratzel, conforme o conhecimento dos elementos naturais avança, as criações humanas dependentes desses recursos também crescem e desempenham cada vez mais importância na sociedade.

Ratzel estabelece uma divisão da humanidade: de um lado, “povos naturais” e, de outro, “povos civilizados”. Os povos naturais seriam os que não desenvolveram atividades notadamente independentes e desgarradas do “ofertório” da natureza, e os civilizados o oposto disso. Sendo assim, os “níveis” de complexidade civilizatória concebiam um ser humano capaz de tomar certa liberdade dos poderes da natureza. Daí a importância que ele atribui à atuação estatal e ao manejo político na tomada de decisões pelas nações civilizadas, que disporiam de possibilidades para dar novos contornos a quadros desfavoráveis (RATZEL, 1906 [1885/1888]). O geógrafo alemão sempre conservou o elemento cultural em proximidade com suas reflexões. Isso se fez numa tentativa de apreciar a multiplicidade de prerrogativas físicas e humanas que interagem em diferentes intensidades.

Antes de Aníbal, os Pirineus e Alpes eram considerados muralhas fronteiriças quase impossíveis de superar para os povos que viviam ao sul e ao norte delas; mas diante de uma energia como a dele, essas dificuldades deixaram de ser insuperáveis. Assim, se medem as influências que estamos inclinados a atribuir às circunstâncias externas na história dos povos, na sua totalidade pela força de vontade pertencente a esses povos. Quanto mais forte e mais duro é, menores os impactos daqueles [naturais]¹ (ibidem, 1906 [1885/1888], p. 144).

Em relação à dinâmica populacional, Ratzel produziu dois conceitos elementares que nos ajudam a compreender a importância atribuída pelo autor à competência humana de intervenção. São eles: a força de migração e a força de vontade. A força de migração refere-se à capacidade reativa de migração do ser humano frente a condições ambientais desfavoráveis, bem como, na busca por ambientes com maior margem propositiva, mesmo que o atual não

¹ Tradução livre feita pelo autor a partir do original em espanhol: “Antes de Aníbal, los Pirineos y los Alpes eran considerados muros fronterizos casi imposibles de superar para las personas que vivían al sur y al norte de ellos; pero ante una energía como la suya, estas dificultades ya no son insuperables. Así se miden las influencias, que estamos inclinados a atribuir a circunstancias externas en la historia de los pueblos, en su totalidad por la fuerza de voluntad que pertenece a estos pueblos. Cuanto más fuerte y más duro es, menores son los impactos de aquellos [naturales]”. Extraído da obra original “Las Razas Humanas”. Ratzel, Friedrich. Barcelona. Montaner e Symon, 1906.

seja tão inóspito. É nesse ponto que o “desassossego humano”, como denominava Ratzel, se afasta de migrações instintivas realizadas por outros animais. O ser humano desloca-se conjugando as necessidades sociais com as vitais. Dessa forma, a força de migração seria completada pela força de vontade. A força de vontade seria a capacidade de controlar o impacto que os elementos naturais exercem sobre uma determinada sociedade, isto é, uma sociedade com elevada força de vontade, diante de uma barreira geográfica que dificultasse sua produção de alimentos, conseguiria se articular para assolar o problema. Entretanto, na presença de um rio que lhe fornece água para beber, plantar e higienizar-se, essa sociedade estruturaria formulações para aproveitar este recurso em sua máxima plenitude.

Não podemos fugir das influências precisas de nosso ambiente, principalmente das que atuam em nossos corpos; lembro as que se referem ao clima e à oferta de alimentos. É sabido que também o espírito encontra-se sob influência dos caracteres gerais do cenário que nos cerca. Mas, por outro lado, o grau que essa influência desempenha vai depender, em grande medida, da força de vontade a que ela resista. Podemos nos defender dela, contanto que o queiramos. Um rio que, para um povo preguiçoso, constitui um limite para um povo decidido pode não ser uma barreira [...] não há coação nem nenhuma lei inflexível, mas sim amplos limites, dentro dos quais o homem consegue impor sua vontade e até mesmo seu despotismo [...]. Pois há um fator nessa relação, nessa ligação, que não é precisamente calculável para cada caso isolado, porque é livre; trata-se da vontade humana (RATZEL apud MORAES, op.cit, p. 96).

Segundo Carvalho (1997a), Ratzel era avesso à economia de páginas e palavras, trazendo em suas obras uma grande fertilidade de contradições e ambiguidades: “uma espécie de supermercado de ideias, que nos oferecem em suas ‘gôndolas’ biscoitos e vinhos dos mais finos e saborosos aos mais baratos. A escolha entre uns e outros é nossa” (ibidem, 1997a. p. 51).

Como visto, as traduções das obras originais do autor são escassas. A opção pela reprodução de fragmentos esparsos é recorrentemente utilizada. Porém, ao ser realizada de maneira descuidada produz grandes equívocos. Conceitos importantes são traduzidos à revelia e incutidos de ideias e significados dramaticamente diferentes de seu sentido original. Examinando um dicionário de geografia política em sua versão espanhola, publicado por *Ediciones Valparaíso* (1981), ao consultar por *Lebensraum* (espaço-vital), encontra-se:

Um termo desenvolvido pela geopolítica nazista que implica em uma noção de espaço vital, esse conceito engendra uma luta pelo espaço, isto é, propaganda disfarçada a serviço das aspirações imperialistas com vistas a uma extensão e dominação ilimitadas² (SANGUIN, 1981, p. 76).

² Tradução livre feita pelo autor a partir do original em espanhol: “Término desarrollado por la Geopolitik nazi que implica una noción de espacio vital. Este concepto engendra una lucha por el espacio, es decir, una propaganda disfrazada al servicio de las aspiraciones imperialistas con vistas a una extensión y dominación ilimitadas”. Extraído da obra original “Diccionario de Geografía Política”. Sanguin, André-Louis. Valparaíso. Ediciones Universitarias de Valparaíso, 1981

Autores consagrados da geografia, apesar de não desenvolverem de maneira aprofundada sobre o tema, endossam a perspectiva que coloca Ratzel longe do determinismo geográfico.

Em sua obra “Por uma Geografia Nova” (1978), Santos argumenta que tachar Ratzel de determinista é uma atitude reducionista e simplista e acaba por impedir que se conheça a obra do autor. Capel produz um estudo minucioso de alguns clássicos da geografia em sua obra “*Filosofia y ciencia em la Geografia contemporânea*” (1981). Ao analisar as teorias ratzelianas, defende que não há determinismo ambiental. Chega à seguinte conclusão: se existe um determinismo em Ratzel, este é representado por um determinismo do Estado, isto é, ao modelo de organização social, pretendo a defender seus recursos naturais, sendo inexoravelmente tutelado pelo Estado, como defendia Ratzel. Ele destaca que o geógrafo alemão considerava abertamente a capacidade de modificação do ser humano, que iria aumentando proporcionalmente, de acordo com a complexidade das estruturas socioculturais.

Considerações Finais

Ao evocar a produção acadêmica hegemônica que toca aos campos de Teoria da Geografia e História do Pensamento Geográfico, não encontramos dificuldade em pinçar no sumário, títulos como: “posibilismo versus determinismo”; “Escola Francesa x Escola Alemã”. Esse antagonismo construído e alimentado na ciência geográfica expõe fragilidades conceituais e metodológicas que se exibem como uma grande fenda de enraizadas incongruências, das mais variadas ordens, a saber: o fato de o determinismo geográfico não ser explorado junto à teoria da linguagem, a compatibilidade no cerce da questão ambiental entre possibilistas e deterministas, dentre outros.

Porém, respeitando a fronteira por hora estabelecida, pode-se perceber que a concepção de influências ambientais como talhe soberano e absoluto das configurações sociais, não se fazem presentes nos escritos de Ratzel. É preciso reconhecer o inegável caráter expansionista em suas noções, adjunto da importante consideração das características físicas do território (sempre associada a elementos, como por exemplo, a economia), entretanto, o seu reconhecimento como idealizador, organizador e divulgador do regramento determinista geográfico se traduz em um equívoco grave, que acaba por eclipsar suas valiosas contribuições a ciência geográfica.

Fica claro que se faz necessário trabalhar nas trincheiras que circundam a construção-sistematização-reprodução dos conteúdos teóricos da geografia clássica. Produzindo escritos revisionistas concernentes à temática, manifestando essas novas tendências em encontros da

comunidade geográfica e esforçando-se junto aos docentes que lecionam nas universidades e são, na maioria das vezes, os vetores finais que, em grande parcela, chegam para montar suas aulas baseados em todo um “*background* impeditivo”, consagrando encontros deformados entre Friedrich Ratzel e geógrafos em formação.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, E. Uma breve História da Geopolítica. Coleção perspectivas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2011.
- BARRIENTOS, D. El Determinismo Geográfico, La Geografía económica y el imperialismo em la obra de Strabón. Ediciones Universidad de Salamanca. *Stvd. hist.*, Hª antig, v. 13-14, p.311-330, 1995.
- BASSIN, M. Friedrich Ratzel’s travels in the United States: A study in the Genesis of his antropogeography. *History of Geography Newsletter*, n. 4, p. 11-22, 1984.
- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, n. 16, p. 47-56, 2003.
- BINIMELIS, C. Sobre as origens da Geopolítica alemã. Centro de Estudos em geopolítica e Relações Internacionais, v. 3, n. 5, p. 1-20, 2006.
- CAPEL, H. Filosofia y ciência em la Geografía contemporânea/ Uma introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARVALHO, M. Ratzel: Releituras Contemporâneas. Uma Reabilitação? *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 25, p. 42-60, 1997a.
- _____. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). *Revista Bibliográfica de Geografía y ciencias sociales*, v. 2, n. 34, p. 1-11, 1997b.
- CAZAROTTO, R. (2006). Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea. Porto Alegre: *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 30, n. 1, p. 94-100, 2006.
- CORRÊA, R. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1991.
- COSTA, W. Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- FEBVRE, L. A Terra e Evolução Humana. Lisboa. Cosmos, 1991 [1922].
- FONT, J.; RUFÍ, J. Geopolítica, Identidade e Globalização. São Paulo: Annablume, 2006.
- GALVÃO, I.; BEZERRIL, K. (2013). Friedrich Ratzel: uma Análise da Difusão de suas Ideias no Contexto da Geografia Brasileira. *Sociedade e Território*, v. 25, n. 1, p. 19-29, 2013.
- LA BLACHE, P. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos, 1956 [1922].
- LACOSTE, Y. A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus Editora, 1988.
- MARTINS, L. (1992). Friedrich Ratzel hoje: a alteridade de uma geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 3. p. 102-113, 1992.
- MENDOZA, J; JIMÉNEZ, J; CANTEIRO, N. (1988). *El Pensamiento Geográfico*. Madri: Alianza Editorial, 1988.
- MERCIER, J. (1995). La region et l’ Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache. *Annales de Geographie*, n. 583, p. 211-235, 1995.
- MORAES, A. Geografia: Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 2003.

- MORAES, A.; FERNANDES, F. Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.
- MOREIRA, R. O que é geografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. Las razas humanas. Barcelona: Montaner y Simon, 1906 [1885/1888].
- RATZEL, F. The history of mankind. Nova York: The macmillan, 1896.
- SANGUIN, A. L. Diccionario de Geografía Política. Valparaiso: Ediciones Universitarias de Valparaiso, 1981.
- SANGUIN, A. L. Em relisant Ratzel. Annales de Géographie, n. 555, p. 579-594, 1990.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EdUsp, 1978.
- SEEMANN, J. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual. Terra Brasilis (Nova Série), v. 1, 2012.
- SEMPLE, E. Influences of Geographic Environment – on the Basis of Ratzel’s System of Antropogeography. Nova York: H. Holt, 1911.
- SPENCER, H. Do Progresso sua Lei e sua Causa. Lisboa: EbooksBrasil, Editorial Inquérito, 1939.
- TROLL, C. Geographic Science in Germany During The Period 1933-1945. A Critique and Justification. Annals of Association of American Geographers, v. 39, n. 2, p. 99-137, 1949.